

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL-FUND. NAC. SAÚDE/AL

Estudo Técnico Preliminar 1/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25110.000761/2025-10

2. Apresentação

Trata o presente documento, de um Estudo Preliminar cuja finalidade é subsidiar os trabalhos de contratação de empresa especializada na prestação de serviços, de forma continuada, de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem prestados no Edifício Sede da Funasa/Suest/AL em Maceió.

O referido Estudo fundamenta-se nas orientações da Instrução Normativa nº 58/2022 e Instrução Normativa nº. 05/2017 do Ministério da Economia, a qual objetiva promover o aperfeiçoamento e a padronização das práticas relacionadas à contratação de serviços terceirizados entre os Órgãos do Poder Executivo Federal.

Para elaboração deste Estudo foram também consultados e analisados a legislação e os normativos relacionados ao objeto da Contratação em lide, bem como as contratações anteriores desse serviço e o contrato atual, conforme relacionado abaixo:

- Lei nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações e Contratos.
- Lei nº 14.967/2024: dispõe sobre o funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância.
- Decreto nº 9.507/2018: dispõe sobre execução indireta de serviços da Administração Pública Federal.
- Decreto nº 9.449/2023 Maceió - AL: estabelece valores das tarifas para o sistema de transporte público coletivo do município de Maceió.
- Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 - MPDG.
- Instrução Normativa nº. 58, de 08 de agosto de 2022 – SEGES/ME
- Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 – SEGES/ME: dispõe sobre os procedimentos para a realização da pesquisa de preços.
- Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPDG: dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas.
- Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017: dispõe os valores limites para contratação de serviços de vigilância e de limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG).
- Portaria DG/DPF nº 18.045, de 17/04/2023: dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada.
- Prestação de serviços de vigilância patrimonial. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. – Brasília: SLTI, 2014. (Caderno de Logística; Contratações públicas sustentáveis).
- Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 - CCT, nº AL000008/2026, vigente.
- Contrato de serviço de vigilância em vigor: nº. 05/2025.
- Processo Administrativo Sei nº: 25110.000014/2024-92.

3. Descrição da necessidade

3.1 Atender as necessidades dos serviços de vigilância armada no Edifício sede da FUNASA em Alagoas, de forma a garantir a segurança do imóvel, do Patrimônio da União e das pessoas envolvidas nas atividades da referida unidade, obedecendo aos parâmetros da IN nº 05/2017/MPDG, da Lei nº 14.133 /2021 e demais normas pertinentes.

3.2 Considerando a imprescindibilidade do serviço de vigilância e o não interesse da empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA em prorrogar o contrato, faz-se necessário a contratação dos serviços em tela.

3.3 Tal iniciativa visa tão somente, o resguardo do patrimônio público que pode estar ameaçado caso a prestação do serviço seja descontinuado, bem como garantir a segurança do ambiente de trabalho aos servidores, colaboradores e visitantes que se transitam na FUNASA/AL.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM/SUEST-AL	Aroldo Bras da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1- Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

5.1.1– A contratação de serviços de vigilância deve observar e atender os preceitos legais que regulamentam essa atividade, em especial a Lei nº. 7.102 /83, que dispõe, dentre outros assuntos, acerca da constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância, bem como sobre o exercício da profissão do vigilante.

5.1.2- Os serviços deverão ser fornecidos por Pessoa Jurídica devidamente habilitada nos termos da lei acima citada e demais normativos aplicados ao ramo de atividade, no qual se enquadra à prestação do serviço objeto da contratação, atendendo especialmente:

5.1.2.1- Sobre a propriedade e administração da empresa:

I- propriedade e administração vedada a estrangeiros (Art. 11);

II - diretores e empregados não podem ter antecedentes criminais (Art. 12); III - O capital integralizado não pode ser inferior a cem mil Ufir (Art. 13).

5.1.2.2- Das condições de funcionamento da empresa:

I - Deverá ter a autorização de funcionamento da empresa, inclusive dos cursos de formação de vigilantes, concedido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Polícia Federal. (Art. 20).

5.1.2.3– Dos requisitos para o exercício da profissão de vigilante (Art. 16):

I - ser brasileiro;

II- ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III- ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV- ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei.

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI- não ter antecedentes criminais registrados; e

VII- estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

5.1.2.4 – Dos direitos assegurados aos vigilantes (Art. 19):

I - Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular.

II - Porte de arma, quando em serviço.

III- Prisão especial por ato decorrente do serviço.

IV- Seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

5.1.3- O enquadramento da categoria profissional que será empregada na prestação dos serviços objeto da contratação, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

CBO 5173-30 – Vigilante: Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos.

5.1.4- A unidade de medida a ser utilizada para acompanhamento e pagamento dos serviços será o posto de trabalho. Os postos contemplados na contratação dos serviços serão distribuídos nas escalas específicas, conforme previsto na Portaria Nº 213, de 25 de setembro de 2017, discriminadas abaixo:

I- 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

II- 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

5.1.5- A Contratação será regida pelos termos da Instrução Normativa nº 05/2017, pela Lei nº. 14.133/2021 e demais normas e legislação pertinentes.

5.1.6- A prestação dos serviços também terá como parâmetro os termos da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT em vigor para os serviços de vigilância no Estado de Alagoas, inclusive para a composição dos custos.

5.1.7- Na presente contratação será utilizada a Conta Depósito Vinculada, para fins do disposto no Art. 18 da IN nº 05/2017 MPDG.

5.1.8- A futura Contratada deve ser especializada no fornecimento dos serviços, comprovando a habilidade técnica para execução do objeto da contratação, por meio de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para o qual tenha executado serviços compatíveis com o pleiteado na contratação, observando o que determina a Instrução Normativa nº 5 SEGES/MP/2017.

5.1.8.1 - Comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de dois anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, sendo admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os dois anos serem ininterruptos.

5.1.8.2- Deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

5.1.8.3- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

5.1.8.4- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

5.1.8.5- O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.1.9- Na prestação dos serviços a futura Contratada disponibilizará todo o material e equipamentos necessários para a sua execução, observando toda a legislação e normas específicas.

5.1.10- Na proposta de preços, deverá constar a relação de todos os materiais e equipamentos que serão disponibilizados para a perfeita execução dos serviços, com as respectivas quantidades e especificações, os quais deverão ser compatíveis com os valores que forem apresentados na planilha de custos e nos memoriais de cálculos destes insumos, para controle por parte da Suest/AL.

5.1.11- Deverá ser exigida Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2- Natureza da Contratação

5.2.1- O serviço, objeto do presente estudo, enquadra-se na classificação de natureza continuada, conforme definido no Art. 15 da IN nº 05/2017.

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.2.2- Ainda quanto a sua natureza, o serviço em questão deve ser classificado como serviço comum, de acordo com o que preceituam os termos do Inciso II do Art. 3º do Decreto nº 10.024/2019, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

5.3- Duração Inicial do Contrato

5.3.1- O contrato deverá ser celebrado com vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021..

5.4- Critérios e Práticas de Sustentabilidade

5.4.1– A Contratada deverá adotar e cumprir boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme o previsto na legislação e demais normativos em vigor, em especial:

5.4.1.1- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

5.4.1.2- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

5.4.1.3- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.4.1.4- Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

5.4.1.5– Utilizar apenas equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

5.4.1.6- Utilizar pilhas recarregáveis, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

5.4.1.7- Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias das atividades abrangidas na contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA Nº 08, de 03-09-2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

5.4.2 - O disposto no item imediatamente anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

5.4.3- A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.4.4- A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.5- Transição Contratual

5.5.1- Não se aplica a presente contratação.

5.6 - Soluções de Mercado

5.6.1- Serviços de vigilância armada patrimonial fornecidos por Empresas especializadas e que se encontram em situação regular perante à legislação e Órgãos competentes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dessa atividade; que possuam e comprovem a capacidade técnica para execução dos serviços e as habilitações necessárias à efetiva contratação.

6. Levantamento de Mercado

6.1– Ao realizar um levantamento das soluções de mercado para a contratação do serviço de vigilância, encontramos vários modelos de fornecimento, os quais se baseiam nos postos de vigilância: orgânica, também conhecida como patrimonial, e eletrônica.

6.2- Da análise do mercado de prestação de serviços de vigilância armada, mais especificamente vigilância patrimonial, verifica-se que se trata de uma atividade bastante consolidada e legalmente normatizada, com inúmeros fornecedores atuantes, habilitados e em plenas condições de licitar e contratar com o serviço público.

6.3– A contratação de serviço de vigilância armada patrimonial é o tipo de solução de segurança mais difundido, no âmbito da Administração Pública Federal, sendo orientada e normatizada por meio da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/ME.

6.4– Com relação à essência da demanda apresentada, qual seja, proporcionar segurança à Instituição: ao seu patrimônio e as pessoas envolvidas em suas atividades, e após a devida análise circunstancial, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de vigilância

armada, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, ainda é a melhor solução encontrada para atendimento das necessidades da Suest/AL, a despeito de novas modalidades em ascensão no mercado como a vigilância e segurança eletrônica, ainda pouco difundida no Setor Público e que por ora, tem a sua aplicabilidade inviável na Suest/AL considerando as atuais condições estruturais do Órgão e as peculiaridades envolvidas nesse tipo de contratação.

6.5– Dessa forma, a solução apresentada no momento é a única exequível, além de ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Vigilância armada nas dependências do Edifício Sede da Fundação Nacional de Saúde em Maceió, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra e de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, visando atender às necessidades institucionais, a fim de garantir a segurança das instalações, do patrimônio, bem como assegurar a integridade física dos servidores, colaboradores e visitantes.

7.2 - Quantidade de postos a serem contratados:

I- 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

II- 02 (dois) Postos de Vigilância Armada: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

7.3- CBO o cargo é o de vigilante - nº 5173-30

7.4- Referência: Convenção Coletiva de Trabalho da categoria no Estado de Alagoas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1– Postos de vigilância Armada

8.1.1- Para definição das quantidades de postos, foi tomado como base o histórico da atividade de vigilância na Suest/AL e o contrato em curso, cujo o formato vem atendendo a contento à atual necessidade.

8.1.2- Com relação às escalas dos postos de trabalho, sugere-se pela continuidade da disposição atual de postos diurnos e noturnos na escala de 12x36 horas, levando-se em consideração a necessidade de vigilância ininterrupta, inclusive nos fins de semana e feriados, bem como que seja utilizado o regime armado em todos os postos contemplados na contratação.

8.1.3- Quantidade de postos alocados na Sede da Funasa em Maceió:

POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	REGIME DO POSTO
12 X 36 DIURNO	02	04	ARMADO
12 X 36 NOTURNO	02	04	ARMADO
TOTAL	04	08	-

8.1.3.1 - O quantitativo de postos alocados no Edifício Sede da Suest/AL em Maceió, é justificada tendo em vista as peculiaridades de suas instalações, em que pese o fato das dependências da Suest/AL não possuírem seu espaço delimitado por muros de alvenaria, mas de gradeado de ferro (metalon), o que torna o ambiente exposto e vulnerável, suscetível à possíveis investidas; bem como, pelo fato de possuir mais de uma entrada: uma principal com guarita e uma entrada secundária lateral, de serviço e acesso, carecendo de controle e vigilância contínua.

8.1.3.2 - Deve-se considerar também que a Sede da Suest/AL está localizada numa área predominantemente comercial e de pouco movimento e que se torna deserta após o horário de funcionamento normal dos estabelecimentos ao redor e em especial nos finais de semana e feriados.

8.2– Uniformes:

8.2.1– Os uniformes serão fornecidos pela empresa contratada, sendo vedado o repasse de quaisquer custos para seus empregados ocupantes dos postos de trabalho.

8.2.2- Os uniformes deverão ser adequados às atividades e às condições climáticas do local da prestação de serviços, de acordo com os termos da Lei nº. 7.102/83 e da Portaria no 387/2006 - DG/DPF, devendo conter os seguintes elementos:

I- apito com cordão;

II- emblema da empresa;

III- plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de 06 (seis) meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante e fotografia colorida em tamanho 3X4

8. 2.3 – O uniforme deverá compreender no mínimo as seguintes peças:

02 Calças

02 Camisas

01 Cinto

01 Cobertura

01 Apito com cordão

01 Coturno

8.2.4- As peças devem ser confortáveis e confeccionadas com tecido e material de qualidade e durabilidade.

8.2.5- A quantidade de itens dos uniformes estimada acima refere-se ao previsto para o período de um ano (12 meses), porém, deverá ser fornecida a metade a cada seis meses, exceto para eventual item com quantidade anual igual a 1 (um), que deverá ser fornecido no início da execução contratual e no início de cada período prorrogado, se houver.

8.2.6- A substituição do uniforme poderá ocorrer a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

8.2.7- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

8.2.8- A empresa contratada também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes pelo uso, sem qualquer custo adicional para a Contratante ou mesmo para os empregados, de acordo com o prazo definido no subitem 8.2.6 deste documento.

8.2.9- Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Suest/AL e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações determinadas na legislação e demais normativos relacionados.

8.2.10- Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

8.3 - Materiais e equipamentos a serem disponibilizados na contratação

8.3.1- A Empresa fornecerá todos os materiais e equipamentos de proteção individual – EPI necessários ao desempenho das atividades dos seus empregados nos postos de trabalho, conforme abaixo:

-Colete balístico, novo, com classe de proteção adequado ao serviço (Portaria no. 387/2006-DG/DPF e da Portaria no. 191/2006-MTE)

-Capa avulsa para colete, nova

-Revólver 38

-Munição de uso e reserva, novas

-Tonfa

-Cinto com coldre, baleiro e porta-tonfa, novos

-Lanterna led recarregável, nova (apenas para os POSTOS NOTURNOS)

-Rádio intercomunicação, novo

-Livro de ocorrência, novo

-Japona ou jaqueta de frio, nova

-Capa de chuva, nova

8.3.2- A prestadora do serviço deverá fornecer materiais e equipamentos de procedência e de qualidade, principalmente quanto aos aspectos de durabilidade e segurança.

8.3.3- Todos os equipamentos descritos deverão atender os padrões estabelecidos pela Portaria do Departamento de Polícia Federal no 3.223/2012 - DG/DPF/Ministério da Justiça e suas alterações.

8.3.4- Independente de sua possível durabilidade, os materiais e todos os equipamentos, incluindo os de EPI deverão ser substituídos, sem ônus para a FUNASA/AL, sempre que necessário, seja por desgaste natural, defeito que impossibilite sua perfeita utilização, por extravio ou por perda da validade, de modo que estejam sempre disponíveis nos postos de serviço, ficando a Contratada responsável pela guarda e destinação dos mesmos.

8.3.5 - A empresa contratada deverá observar e cumprir toda a legislação em vigor quanto à aquisição, fornecimento, utilização, guarda, transporte, manutenção, manejo, descarte dos materiais e equipamentos de proteção individual e segurança, em especial, armas, munição e coletes balísticos.

8.3.6- As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade da Contratada, como preconizado no inciso I do art. 21 da Lei nº 7.102/1983.

8.3.7- A contratada deverá apresentar cópias autenticadas do respectivo “Registro de Arma” e “Porte de Armas” dos empregados envolvidos nos serviços de vigilância armada.

8.3.8- Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de munição recarregada.

8.3.9- As empresas se obrigam a fazer a revisão de suas armas e munições a cada período de 06 (seis) meses.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 646.811,76

9.1 - Partindo da premissa de que a FUNASA/SUEST-AL deve construir a sua própria Planilha de Custos e Formação de Preços, observando os valores e percentuais praticados no mercado, foi considerada a metodologia detalhada nos subitens seguintes.

9.2 - Para composição do custo estimado da contratação, foram observados os termos da Instrução Normativa nº 65 /2021 – SEGES/ME, embora não se aplique ao ETP, e utilizados os seguintes parâmetros de pesquisas de preços: Pesquisa de Preços (Comprasnet), contratações similares de outros Órgãos da Administração Pública Federal em Alagoas com o mesmo objeto.

9.3 – O preço de referência dos Insumos (Uniformes e Materiais/Equipamentos), resultou da mediana dos valores obtidos por meio das pesquisas realizadas, conforme quadro detalhado no Anexo I deste Estudo e utilizados na elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços da FUNASA/SUEST-AL.

9.4 – O valor do salário e benefícios foi extraído da Categoria - CCT 2026/2026 em vigor, nº AL000008/2026 (SEI 5900622)

9.4- A composição dos custos na presente pesquisa de preço leva em consideração o cenário geral, cabendo revisão no futuro quando da formalização do contrato e início dos serviços, para os devidos ajustes de acordo com a realidade da prestação dos serviços.

9.5– Na composição dos custos da planilha foram considerados a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT 2026/2026 em vigor, nº AL000008/2026 (SEI 5900622),e a pesquisa de preços dos insumos.

Quadro 01 – Valores estimativos para a contratação de serviços de vigilância, conforme Planilha de Custo e Formação de Preços (SEI 5904538).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO ESCALAS	QUANT. DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ÚNICO	01	Posto de Vigilância - 12 horas diurnas, de segunda-feira adomingo, em turnos de 12x36 horas	02	R\$ 12.837,89	R\$ 25.675,78	R\$ 308.109,36
	02	Posto de Vigilância - 12 horas noturnas, de segunda-feira adomingo, em turnos de 12x36 horas	02	R\$ 14.112,60	R\$ 28.225,20	R\$ 338.702,40
VALOR TOTAL MENSAL						R\$ 53.900,98
VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 646.811,76

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 - Na contratação dos serviços, cada tipo de posto (escala) corresponde a um item, no entanto, os itens foram agrupados em um único lote.

10.2 - Essa disposição justifica-se uma vez que, considerando a especificidade da atividade, torna-se inviável a contratação parcelada por item para o mesmo local de prestação dos serviços, sob pena de poder comprometer a economia de escala, o resultado pretendido, bem como certamente onerar a contratação, além de dificultar a gestão e fiscalização do contrato.

10.3 - A disposição dos itens em um lote único não representa prejuízo ao caráter competitivo do procedimento licitatório, sendo esse formato amplamente utilizado na Administração Pública nas contratações desse tipo de serviço, não sendo diferente com a Suest/AL que também tem adotado o modelo nas contratações anteriores de serviços de vigilância sem nenhum problema.

10.4 - Para efeito de julgamento será considerada vencedora a empresa que ofertar o menor preço para o lote.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 - Não se aplica a presente caso.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A pretensa contratação encontra respaldo nos objetivos estratégicos do Plano Estratégico Institucional, instituído por meio da Portaria nº 7.553 /2018, de 14 de dezembro de 2018, publicado no DOU de 20/12/2018, Seção 1, sob a perspectiva de Orçamento e Logística, estando alinhada à consecução das metas do Plano Plurianual PPA da Funasa, tendo em vista que tais despesas fazem parte das despesas de custeio da instituição e permitem o alcance das metas institucionais.

12.2 A contratação de serviços de vigilância está contemplada no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC da FUNASA 2026.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1- Pretende-se com a contratação da solução ora em estudo, proporcionar a segurança necessária a garantir a continuidade dos serviços prestados por esta Funasa/AL no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes aspectos:

13.1.1- Economicidade: é vantajoso economicamente para a Administração que os serviços sejam prestados por uma empresa terceirizada.

13.1.2- Eficácia e eficiência: o serviço será prestado por empresa que disponibilizará profissionais capacitados a realizá-lo da melhor forma, garantindo a eficácia e eficiência.

13.1.3- Segurança das instalações do prédio, com vistas à proteção contra eventualidades como depredação, violação, invasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio;

13.1.4- Controle da circulação de bens, próprios e de terceiros, assim como o acompanhamento das saídas e entradas de bens permanentes e de consumo no prédio;

13.1.5- Integridade de materiais, equipamentos, instalações, veículos e unidades móveis, além de controle da circulação interna de visitantes, prestadores de serviços e servidores;

13.1.6- Preservação do bem-estar físico dos servidores, colaboradores e visitantes da Suest/AL;

13.1.7- Continuidade dos serviços de vigilância prestados nas dependências, fornecendo segurança e garantindo a otimização e adequação da força de trabalho dos servidores e demais colaboradores em suas atribuições finalísticas na instituição.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 - Não se aplica a presente caso.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 - Ainda que o objeto da contratação em si, não seja considerado de risco ambiental, no entanto conforme, disposto nos requisitos da contratação, a contratada deverá adotar medidas dentro dos parâmetros legais e das boas práticas sustentáveis, em especial, os previstos nos dispositivos do art. 170 da CF/1988, ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746 /2012.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 - Diante de todo o exposto, é possível declarar a viabilidade da contratação em questão, no entanto, cabe as Autoridades competentes a decisão de dar continuidade ao processo mantendo ou não o formato apresentado no presente Estudo Preliminar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADEMAR FERREIRA LIMA JUNIOR

Membro da comissão de contratação

AROLDO BRAS DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 11:50:58.

RENILTON CAVALCANTE DA SILVA JUNIOR

Membro da comissão de contratação